

PRIMAVERA ÁRABE, UMA INVENÇÃO DO OCIDENTE: notas sobre o Egito pós-governo Hosni Mubarak (1981-2011)

Bernard Teixeira Coutinho
Graduando em Geografia UERJ
plumuarte@hotmail.com

Resumo

O presente estudo busca avaliar a (re)configuração na geopolítica do Egito diante da queda do ditador Hosni Mubarak e da vitória da Irmandade Muçulmana nas eleições do país. A investigação, portanto, tem como preocupação compreender as mudanças no quadro regional do Norte da África e do Oriente Médio e no quadro internacional, levantando algumas hipóteses e discutindo alguns conceitos-chave.

Palavras-chave: Primavera árabe. Egito. Quadro regional.

ARAB SPRING, AN INVENTION OF THE WEST: notes about Egypt post-government Hosni Mubarak

Abstract

This study aims to evaluate the (re)configuration in geopolitics of Egypt before the fall of dictator Hosni Mubarak and the Muslim Brotherhood victory in elections in the country. The research, therefore, is to understand changes concern within regional North Africa and the Middle East and the international framework, raising some hypotheses and discussing some key concepts.

Keywords: Arab spring. Egypt. Regional framework.

Introdução

Desde dezembro de 2010, os países centrais vêm sentindo os efeitos da (re)acomodação do sistema financeiro. O capitalismo mundial, deste modo, tem sido enfraquecido, principalmente no que diz respeito aos países que compõe a Zona do Euro, os EUA, o Japão e, em menor grau, os países periféricos. Frente a este período de recessões, as principais potências vêm criando estratégias políticas para a superação das perdas econômicas intensificando, concomitantemente, suas influências geopolíticas. A respeito destas medidas, Harvey (2005, p. 157 apud CARVALHO, 2010, p. 10) assevera que:

[...] a conquista colonial, a subjugação e o controle das economias dependentes, a reorganização forçada da divisão territorial do trabalho nos impérios econômicos (inclusive impérios empresariais) [...] podem ser considerados como parte e parcela dos processos de formação e solução da crise. A busca pelo “ajuste espacial” assume uma direção viciosamente competitiva e talvez violenta.

Os propósitos imperialistas caminham para uma conformação política tal que as suas forças enquanto potências globais se direcionam à expansão cada vez mais expressiva do capitalismo, daí a nossa intenção em afirmar que a chamada “Primavera Árabe” é uma criação dos países centrais para a recomposição da ordem econômica e, ao mesmo tempo, (re)afirmar as suas forças em suas antigas colônias, aquelas que compõem o que se convencionou chamar de “mundo árabe”.

A globalização impôs uma nova ordem mundial que, em meio a (des)ordem, produz a extensão e a queda de potências, reproduzindo novos atos de forças. Nesse sentido, cabe aos países centrais alçar recursos capazes de conter outros países que possuem forças ínfimas. Esta contenção territorial irá definir ou não o novo quadro da geopolítica internacional. Os territórios-rede que se armam em meio à relação inter e intraestatal produzem novos resultados no cenário regional-global e, com ele, novos atores hegemônicos, permanências do que já estava posto e novos padrões de conflitividade. É desejo nosso, portanto, avaliar essas mudanças à luz do caso do Egito – uma importante área de influência dos EUA que se configura como o país mais importante e decisivo para os povos árabes.

As transformações de um Estado árabe “(re)colonizado” diante da nova geopolítica imperialista estadunidense

É sabido que o espaço, tornado geográfico, relaciona-se dialeticamente com a sociedade, que o produz e se reproduz concomitantemente. A sociedade (a)espacial não se concebe, porque ser homem já significa estar-no-mundo. Esta disposição espacial revela o caráter formador dos homens que, em comunhão ou em des-comunhão constituem a sociedade a partir dos processos históricos. Ser social ou, como diria Aristóteles, ser político já significa estar-em-algum-lugar e nele fazer-se homem, isto é, arranjar sua força e disputá-la com as forças entrecruzadas vindas de diferentes posições geográficas. Daí Moreira (2007) considerar estes atores, ‘sujeitos sociais’, como sendo os responsáveis pela própria organização espacial.

Os “sujeitos sociais” acomodam suas forças e, desse modo, o espaço torna-se uma malha de conflitividade (de valores, de interesses, de forças) que tornam este mesmo espaço um território em disputa. Esta *vis activa* ordena e (des)ordena as estruturas espaciais. É a “espacialidade diferencial”, pensada como o esteio dos recortes territoriais, abarca micropoderes e intencionalidades divergentes, compondo uma estrutura pendular, onde a força hegemônica asfixia a força daquele que se submete aos propósitos do *hegemon*. Moreira (2007, p. 84) ressalta que:

A ação dos organismos superestruturais, que expressam tanto as funções formais do Estado (a sociedade política) quanto as demandas da sociedade civil, faz do arranjo do espaço um campo de correlação de forças, e do espaço um elemento de caráter essencialmente político em sua determinação sobre a organização geral da sociedade.

A ordem com que se orienta todas as distribuições desses entes em disputa se inicia quando a concentração de poder liquida ou, ainda, constringe as possibilidades de outros produtores de força. Quando isto ocorre, o espaço continua sendo o que é, porque o seu ordenamento se depara com a conformação. Nesse caso, o movimento histórico do espaço não se prolonga nem se afina diante do que já está posto. Entretanto, quando o questionamento, o confronto e/ou as resistências são postas o movimento esboroa (em tese) o poder ora “mumificado”. Mas quando os poderes se entrecruzam e os nós rompem a ordem dos territórios, novos espaços são criados mediante o choque de interesses e a ascensão e queda dos sujeitos hegemônicos.

Portanto, a construção de um contraespaço, entendido como um movimento de inquietude diante de uma superestrutura desgastada, anuncia uma nova equalização de forças e elege novos “sujeitos sociais” para ocupar o lugar mais alto do poder verticalizado. Quase nunca o movimento é idêntico em todas as disposições territoriais e nem sempre é duradouro e eficaz.

Pensando as manifestações contra o regime duradouro, militarizado de Hosni Mubarak, é possível falar um contraespaço à luz dos movimentos de confronto – primeiro de resistência, mas não num sentido de permanência do que já estava posto, mas de resistir à continuação do que se contesta; segundo pela busca de uma alternativa de um espaço que elege identidade ao mesmo tempo em que deturpa a diferença e que pensa o uno ao mesmo tempo em que segrega e fragmenta.

Os rumos que estão sendo tomados no Egito apontam para incertezas, pois a superestrutura vem sofrendo intervenções de forças exógenas, mas a sua essência parece resistir. No entanto, em meio a este movimento, “novos” atores estão emergindo e orientando as suas convicções para o caminho da (re)estruturação da verticalização do poder do Estado egípcio. A questão central que deve ser colocada é a seguinte: o que mudou depois da queda do governo Mubarak?

Inicialmente, é conveniente fazer a avaliação tomando nota de três pontos principais. O primeiro deles diz respeito à identificação dos “sujeitos sociais” que influem diretamente na tomada de decisão no país árabe e, em larga escala, de toda a região do chamado “mundo árabe”. Neste caso, alguns fatores históricos são fundamentais na avaliação do caso, tratando-se da crise que o capitalismo mundial vem experimentando ao longo dos últimos anos e da falência de um regime militar que já não mais permite a garantia da força política por meio de ações militares, mas que ao mesmo tempo pode ser crucial para determinar o futuro do Egito e de suas relações com Israel, com os EUA e até mesmo com o Irã.

O segundo fator faz menção à necessidade de calcar-se em novas estratégias geopolíticas visando abarcar, nas ações práticas, tanto mecanismos de (re)acomodação do poderio imperialista estadunidense quanto a mobilização popular. Por fim, o terceiro fator surge como uma solução ao problema posto, tratando-se diretamente de um possível novo código geopolítico dos EUA, portanto, uma demonstração da mudança dos quadros regional e internacional, principalmente a partir do permanente movimento da chamada nova (des)ordem mundial. Iremos, em seguida, discutir estes três fatores entendendo-os como integrantes indissociáveis de uma estrutura analítica, separadas apenas como exercício didático.

Embora os eventos tenham caminhado a longos passos, o quadro regional do “mundo árabe” ainda se apresenta de modo bastante indefinido. No entanto, já é possível fazer alguns apontamentos sobre o rumo que o Egito tomará nos próximos meses. A chegada de Mohammed Morsi no governo egípcio expressa, em síntese, o retorno de um importante grupo islamita, a saber, a Irmandade Muçulmana. Este retorno não significa dizer que o grupo esteve afastado do Egito, mas que nestes últimos meses retorna institucionalizada, agora como partido político.

Cabe dizer que a sua ascensão possivelmente se deu por intermédio de três forças importantes. A primeira delas é a força imperialista estadunidense, que vem construindo uma geopolítica voltada muito mais para a prevenção do que para a contenção e isso demonstra certa “frouxidão” nos atos de força. Em outras palavras, os EUA apresentam uma postura

política escamoteada e, nesse sentido, caminha-se para uma (des)militarização significativa visando amplificar as lutas dos jovens concentrados principalmente na Praça Tharir, no centro de Cairo e em Alexandria. Isso explica a força da Irmandade Muçulmana nas ruas, com movimentos bem organizados, superiores a de outros grupos político-religiosos menores, como é o caso dos seculares, liberais, cristãos da Igreja Ortodoxa Copta (a igreja nacional do país) e da própria esquerda egípcia, haja vista a tentativa de Abu al-Izz al-Hariri (um dos membros fundadores do Partido da Aliança Socialista Popular, o primeiro partido de esquerda do Egito) em se tornar presidente do país.

A segunda força da Irmandade Muçulmana diz respeito à superioridade de Morsi nas urnas, na medida em que a disposição de candidatos à presidência do Egito dividiu a opinião pública, mas não fez com que o candidato eleito pudesse perder seu prestígio. Morsi disputou o governo com outros 11 candidatos, divididos entre os grupos Feloul, o grupo dos islamitas e dos independentes. O primeiro era composto por representantes do antigo regime, a saber: Amr Moussa, ex-secretário-geral da Liga Árabe e ex-ministro do governo Hosni Mubarak, forte candidato que defendia o fim dos conflitos Israel-Palestina; Ahmed Shafiq, o último primeiro-ministro de Mubarak; Husam Khayrallah, candidato pouco expressivo, foi integrante da Inteligência General por 20 anos; e o candidato Abdallah al-Ashal, ex-ministro adjunto das Relações Exteriores de Mubarak. Já o segundo, era composto por Abdul Moneim Aboul Fotouh, ex-integrante da Irmandade Muçulmana, teve importantes votos; o atual presidente do Egito, Mohammad Morsi, ex-líder do Partido da Irmandade Muçulmana, Liberdade e Justiça; e Muhammad Salim al-Awwa, candidato pouco expressivo do Al-Wasat. O último grupo, por sua vez, era composto por cinco candidatos independentes, dois deles opositores aos acordos de Camp David, caso de Hamdin Sabbahi e Abu al-Izz al-Hariri.

A nova estratégia dos EUA busca, ao mesmo tempo, apoiar os movimentos de massa organizados pela maioria e dar suporte ao grupo que estes jovens apoiam. É preciso lembrar que a Irmandade Muçulmana é um dos poucos grupos islamitas conhecidos pelos egípcios de maior expressão – além do grupo conservador ultraradical Salafita – e o único que possui uma postura política mais centrada no Islã e menos na questão pan-arabista, o que possibilita, p. ex., maior abertura nas conversas sobre os conflitos entre Israel e Palestina. Aliás, este grupo fora importante nas pressões existentes contra os regimes de Gamal Abdel Nasser e de Hosni Mubarak, ambos advindos do Movimento dos Oficiais Livres que desembocou na revolução de 1952, destituindo a monarquia do Rei Faruk. Talvez seja esta a terceira força da Irmandade Muçulmana conquistada nos últimos meses após a queda do governo Mubarak.

Quando se fala em novo código geopolítico na relação dos EUA com o “mundo árabe” pretende-se destacar que, de modo paradoxal, o imperialismo estadunidense busca encarar as transformações sociopolíticas no Egito com uma nova geoestratégia respaldada nas relações interestatais, mas partindo também da criação de uma “anti-geopolítica”, como sugere Paul Routledge (1998 apud CAIRO, 2008) ou, ainda, do contraespaço de que vínhamos falando. É, portanto, um exercício estratégico de dar espaço e apoio aos movimentos sociais, à organização de grupos político-religiosos para, daí então, reforçar a sua geopolítica pensada para a região. Daí o historiador Bernardo Kocher (2011) afirmar que os EUA tem sido o pai da ditadura egípcia, mas quer ser a mãe da democracia. Mas seria esta estratégia um resultado da “instabilidade hegemônica”? (KINDLEBERGER, 1973 apud BADIE, 2006)

Bertrand Badie (2006, p. 385) argumenta que “no jogo pós-bipolar, a potência talvez se torne impotente”. Quer isto dizer? Ora, as ações desesperadas movidas pelas disputadas entre os EUA e a URSS na chamada “bipolaridade” aprofundou crises, intensificou regimes militares, áreas de influência foram disputadas e hoje todos esses resquícios de outros tempos estão sendo repensados por aqueles que nem sempre puderam se manifestar democraticamente, daí a ideia de renascimento dos povos árabes ou da “primavera árabe”. Isso não quer dizer que a “democracia” recém-criada e pouco visível no Egito venha abrir o caminho da liberdade (mais tarde voltaremos a este ponto).

Embora esta seja uma realidade em todo o “mundo árabe”, no Egito, em especial, a contenção militar estadunidense sai de cena para que a democracia burguesa (re)afirme o “semicolonialismo”. Enquanto isso, nos bastidores, as redes militares são cada vez mais fortalecidas, vide as obras de ampliação da *USA Navy*, a V Frota da Marinha dos EUA, localizada no Bahrein, importante área estratégica do Norte do Golfo Pérsico. Deste modo, pode-se dizer que o contraespaço que hoje está sendo construído é resultado dos avanços na concepção sociológica das relações internacionais, isto é, arranjado por “atores diferentes que não obedecem mais aos mesmos critérios de potência” (BADIE, p. 386).

Tornada impotente, a potência não mais impõe aos “Estados menores” a condição de submissão, pelo menos não de forma exclusiva. Há, sobretudo no tempo presente, um fenômeno forte de equalização de forças entre os Estados-nação. Não é um fenômeno novo, porque se desenvolveu no pós-1991, mas o seu peso tem guiado atitudes das grandes potências nos últimos anos. Se antes os grandes Estados eram denominados de “superpotências” ou “hiperpotências” (caso dos EUA, que se estendeu de 1991 à 2003) hoje

vem experimentando uma requalificação na distribuição de forças. No entanto, o uso da força militar para garantir territórios ainda permanece.

No período da Guerra Fria (1947-91), havia o que se convencionou chamar de “inversão clausewitziana”, isto é, a continuação da guerra através da política e não o seu inverso. Hoje, porém, o uso da força retoma seus acentos e trava, mais uma vez, conflitos em vários pontos do mundo mediado pelo discurso de paz. Por isso que a atuação dos EUA no Oriente Médio (e também em outras regiões) continua amparada pelas ações militares, construindo redes militarizadas para a contenção e prevenção de territórios.

Este ponto é fundamental para entendermos a nova configuração geopolítica no quadro regional do “mundo árabe”, porque evidencia a intensificação do imperialismo estadunidense através das redes militares e da aparente ausência destas, na medida em que o “temor” diante da força de potências não mais existe. No passado, os regimes militares expressavam a presença do poderio bélico estrangeiro, ocidental, colonizador; hoje a des-re-territorialização destas se torna mais perversa, porque mais forte e menos perceptível. Diante disso, Badie conclui (2006, p. 389, grifo nosso) afirmando que:

A perda de um inimigo que tinha o mesmo peso teve, no entanto, efeitos devastadores sobre a própria lógica de potência. O sistema bipolar favorecia essa lógica: a ameaça que vinha do campo adversário incitava o médio ou o fraco a aliar-se em torno do mais poderoso, que re-elaborava sua identidade em um confronto permanente que alimentava a sua pretensão. A partir do momento em que a ameaça não mais existe, a lealdade ao mais forte perde sua razão de ser: doravante, o primeiro objetivo é conter, pelo contrário, uma hegemonia percebida como preocupante e invasora. A bipolaridade é centrípeta, enquanto a ilusão unipolar é centrífuga e tende assim à aporia. A primeira alimenta a potência, a segunda alimenta a contestação. O anti-americanismo constitui a expressão mais comum dessa *contestação*.

É preciso destacar que o novo código geopolítico dos EUA não é incorporado em detrimento do antigo. Na verdade, isto não é uma regra. O que ocorre é que o novo e o antigo se sobrepõem, na medida em que atingem diferentes Estados sob intenções variadas, isto é, dependem da intensidade apresentada pelas escalas. Daí Luhmann (2005) afirmar que os códigos geopolíticos podem territorializar-se “tanto universalmente como de modos bastante específicos”. Esta é a importância da ideia de transição não só conservado pelo Estado, mas também sustentado pela sociedade civil.

Quanto à juventude egípcia, cabe lembrar que ainda em 27 de julho de 2011, grupos religiosos reuniram-se na Praça Tharir. Esta data marca o início de um movimento contra a ocidentalização do Egito, portanto, contra as interferências dos EUA, mas a favor de um

governo comandado por grupos político-religiosos islamitas. Este evento trouxe insatisfações a outros grupos – principalmente aos laicos – e hipóteses de como e por quem o novo governo iria se constituir.

Lembramos, logo acima, que alguns fatores corroboraram para a ascensão da Irmandade Muçulmana e também às novas políticas estadunidenses pensadas para o país. O objetivo é traçar uma relação entre as partes, convergindo-as com este episódio apresentado. De lá para cá, grupos não islamitas têm se manifestado contra uma possível islamização da Constituição e também sofrido duras repressões da Irmandade Muçulmana. Esta postura própria de um regime militar e autoritário vem despertando agravos entre o Partido da Liberdade e Justiça e os egípcios islamitas, aliados aos grupos seculares, liberais e cristãos.

Nesse sentido, levantamos a hipótese de que estes estranhamentos políticos têm feito com que o novo grupo político dominante não avance nas proporções desejadas, sobretudo após a entrada de Saad el-Katatny no cargo de líder da Irmandade Muçulmana, considerado por muitos um líder bastante conservador. É neste ponto que a convergência se dá, mas, é claro, sempre com o apoio direto e indireto da política dos EUA. Apoio este que pode findar com a perda de poderes do Conselho Superior das Forças Armadas, principalmente da ala militar pró-EUA expressada em diversos comportamentos, como na composição de um governo técnico e diverso que busca ser uma alternativa à força advinda do Exército ou, ainda, na garantia dos Acordos de Paz de Camp David (1979) que ainda se firma somente nos discursos políticos do presidente Morsi.

É evidente que a surpresa das grandes potências mundiais diante das revoltas árabes revela o grau de azáfama que estas apresentaram quando começaram a restaurar a ordem que havia sido perdida com a queda dos ditadores e parceiros do Ocidente. Teixeira da Silva (2011), tratando deste ponto, revela que “os Estados Unidos mantiveram até a vigésima quinta hora sua portentosa ajuda militar a Hosni Mubarak (Egito) e mesmo no limite de tolerável sustentaram uma ‘transição com Mubarak’, como modelo de democratização local”.

Alguns analistas destacam a imediata perda de influência estadunidense no Egito. Entretanto, é importante salientar que grande parte dessas afirmações foi feita no período em que o Parlamento egípcio havia sido derrocado pelas Forças Armadas e em que as eleições já apontavam para uma possível conquista da Irmandade Muçulmana, ainda sob a mira das críticas e desconfianças. Deste modo, elas não abarcam em seus discursos a possibilidade da ascensão de uma Irmandade Muçulmana modificada.

O que precisa ser discutido é que a bandeira levantada pelos manifestantes diz respeito à democracia que, sem dúvida, não aparecerá livre dos preceitos religiosos, tampouco das ingerências estadunidenses. O que precisa ser estudado, portanto, é o modo como esta democracia será consolidada e de que modo ela será assumida por um novo governo e por um novo regime ainda bastante indefinido.

É indubitável o aumento das tensões na relação Israel-Egito-Irã, que Teixeira da Silva (2011) convencionou chamar de “questões estratégicas ou securitárias”. Este é um desafio a ser enfrentado, porque embora o atual governo do Egito busque um equilíbrio entre Israel e Irã, as suas políticas vem criando insatisfações a Israel no que diz respeito a um ponto específico destas questões, a saber: “já nos primeiros dias do novo governo no Cairo, com a permissão de navios de guerra iranianos de livre acesso ao Mediterrâneo, aumentando as preocupações de Israel”. É uma questão ainda muito elusiva, mas isto não define o fracasso imperialista dos EUA, pelo contrário, expressa o seu recrudescimento.

Reforçamos a ideia de que este momento não ilustra uma fraqueza estadunidense, mas uma possível transição em seu código geopolítico. Por estar bastante confuso, porque ainda muito recente, é tratado como um retrocesso imperialista histórico. Cremos em seu inverso, isto é, em seu fortalecimento que possui respaldo nas novas territorialidades e nas novas relações de poder. Sobre isto, Pina (2007, p. 101) alerta que “eleger um código e estabelecer seus propósitos é algo determinado na realidade pelas condições e situações (geopolíticas, econômicas, etc.) existentes, e se as circunstâncias são alteradas os códigos, as relações de poder, e a territorialidade também devem ser”.

Manifestações na Praça Tharir: revolução ou reforma?

Parte da essência do Estado capitalista atual está diretamente ligado ao papel que cumprem internamente as diferentes frações das classes dominantes, ao grau de organização das massas oprimidas e ao modo como estas reagem à aplicação de políticas que visam ampliar as condições de reprodução do capital a partir da retirada de direitos dos trabalhadores e do saque de riquezas naturais existentes (CARVALHO, 2010, p. 15).

Espera-se que se faça, aqui, uma revisão dos discursos proferidos pelas grandes mídias ocidentais (e também orientais) emissores de forte otimismo que atingem não só os “leitores comuns”, mas toda uma parcela de intelectuais. A esperança, que emerge a partir do brado árabe frente à corrupção e de um Estado decrépito, soa como um grito de liberdade e um anúncio da prosperidade democrática.

É possível haver sim uma mudança na superestrutura dos países árabes ou em grande parte deles, no entanto, o desejo não pode preterir os fatos e mascarar as análises dos fatos sociais. Para tanto, neste segundo momento desejamos tratar um pouco mais sobre os eventos da “Primavera Árabe” e os seus impactos no Egito, discutindo – ainda que brevemente – as ideias de “revolução”, “primavera” e democracia.

Os “sujeitos sociais” desempenham um papel inseparável do Estado. Deste modo, existe uma relação dialética fundamental para que tanto a sociedade política quanto a sociedade civil consigam, de fato, coexistirem. No Egito, há um dado bastante revelador que nos aponta o perfil da democracia que está sendo pensada após a queda de Mubarak. O Egito é um país de jovens que não viveram a construção propagandística de Hosni Mubarak no passado. Em outras palavras, não presenciaram os momentos decisivos para o Egito e para o regime militar de Mubarak, como a Guerra dos Seis Dias (1967) e a Guerra do Yom Kippur (1973), “nas quais Hosni Mubarak conquistou suma fama de defensor da pátria, em especial com sua participação na guerra de 1973” (TEIXEIRA DA SILVA, 2011).

Além disso, as manifestações tomaram dimensões consideráveis conectando, em rede, os jovens egípcios de diferentes cidades, como Cairo e Alexandria – cidades que apresentam maior número de habitantes. O uso político das ferramentas disponíveis na internet representa uma apropriação do “meio técnico-científico-informacional”, própria do que o geógrafo Milton Santos (2006) denomina de “período tecnológico”. A partir desta apropriação tecnológica, a divulgação de agendas políticas e de massacres fora fortalecida, o que garantia a instantaneidade dos eventos.

Portanto, as lutas em conjunto provocaram importantes reivindicações populares visando superar as dificuldades socioeconômicas da população, frente à insalubridade no trabalho e a uma média salarial que não passa de 100 euros mensais, além das dificuldades urbanas ou, ainda, da chamada “crise urbana”. Teixeira da Silva (2011) assevera que:

Apenas 71% desta imensa população é alfabetizada, sendo que entre as mulheres apenas 59% delas podem ler e escrever. Trata-se, em verdade, de deficiência do regime. São estes jovens os mais fortemente atingidos também pelo desemprego e pela ausência de expectativas de uma integração digna na vida produtiva do país. Com o grande acesso de jovens às gigantescas universidades nacionais (...) emergiu um grande número de jovens bem formados e, contudo, desempregados. (...) As denúncias e rumores permanentes acerca da corrupção nas grandes empresas, em especial nos serviços administrados pelo Estado aprofundam o sentimento de injustiça e revolta nestes segmentos de jovens.

Os levantes contra um regime militar antigo tem demonstrado que o povo egípcio possui capacidade de transformar-se e de modificar sua realidade, desmantelando a ideia intelectualista de “excepcionalidade árabe”, tão difundida no pós-Segunda Guerra Mundial (KOCHER, 2011). Cai por terra, assim, o imaginário ocidental de que os árabes são incapazes de liquidarem um regime tão sedimentado e assegurado pelos EUA. Cabe lembrar que o Egito possui uma relação forte com os EUA desde a época de Sadat, quando as principais garantias foram conquistadas, como boas relações diplomáticas com Israel, fim da política de Nasser em relação à nacionalização do Canal de Suez, fortalecimento das FFAA egípcias, além de outros pontos importantes.

A grande força do Estado egípcio são as Forças Armadas do país que, diferentemente do que comumente é dito, não foram atacadas pelas ondas de protestos. O pretenso enfraquecimento do regime militar é sustentado justamente porque os alvos dos jovens egípcios não foram as Forças Armadas e sim os outros pilares do regime militar de Hosni Mubarak, isto é, a burocracia estatal (garantida pelo Partido Nacional Democrático) e as forças de repressão (idem, 2011).

Levantamos um fator que explica a não agressão aos militares: a massiva participação dos militares a favor da “revolta árabe” momentos antes da queda de Mubarak. Daí a nossa hipótese de que as liberdades democrático-burguesas, produto da crise do regime e do crescimento dos movimentos de massas, não expressam uma “revolução democrática”. É preciso, porém, esclarecer que a não agressão dos militares aos manifestantes não expressa a rendição da FFAA diante do caos. Na realidade, enquanto os militares davam apoio ao movimento contra Mubarak, policiais e paramilitares advindos do Ministério de Segurança de Estado agiam na Praça da Libertação (idem, 2011). A respeito disso, Kocher (2011, p. 3) recorda que:

Durante os episódios da Praça Tahir, especialmente quando o governo de Mubarak procurou utilizar da violência física (provocando uma batalha de pedras) e o achincalhamento para provocar a perda de equilíbrio e o tom pacífico dos manifestantes, os soldados do exército não interviram, indicando que o seu papel seria apoiar o vencedor da contenda. Após o encerramento da crise, os militares estão se reaglutinando com o tecido social e terão como objetivo a reconstrução do seu papel enquanto gendarmes do Estado.

Outro fator explicativo, levantado por Teixeira da Silva (2011), é a ideia de que “no caso das FFAA, o alistamento militar massivo, como uma alternativa para jovens rapazes mal

preparados e sem esperanças no mundo profissional, além das histórias de heroísmo na Guerra do Yom Kippur, garantiram grande popularidade aos militares”.

Diante disso, torna-se possível ensaiarmos uma resposta à seguinte pergunta: o que os eventos da “Primavera Árabe” trazem de novidade? Lembra-nos Milton Santos (2006) que a categoria ‘evento’ traduz o despertar do novo, a inauguração da História, o vetor de novas possibilidades. É algo que não se repete – salvo exceções – e que não se confunde, porque se esgota no momento em que se estabelece e assim o faz de forma singular. Conclui-se, por conseguinte, que os eventos da chamada “Primavera Árabe” inauguram uma “nova era” aos povos árabes.

É deste discurso ocidentalizado e pós-colonial – diríamos “(re)colonizador” – que se retira a sustentação do “excepcionalidade árabe”, porque traz a ideia de “primavera” como um produto de um processo social inesperado ao mesmo tempo em que conforta os propósitos regionais das grandes potências. Dito de outro modo, é a maneira como o novo imperialismo agora “modernizante”, “civilizador” e configurado como um “regime de alto valor” opera diante da inquestionável capacidade do povo árabe de criar um contraespaço (ANDERSON, 2003).

A propósito, Perry Anderson (2003) concorda com a ideia de que os regimes militares são o arcabouço necessário ao “neoimperialismo”, porque os povos árabes não são capazes de construir uma “sociedade moderna alternativa”. Em nosso ponto de vista, esta postura está inserida naquela assumida pelos intelectuais que creem, mais uma vez, no “excepcionalidade árabe”. De todo modo, damos razão ao historiador quando o mesmo fala dos regimes militares que, em nossa leitura, corrobora ainda para o estabelecimento de uma transição política ou, ainda, de governo. Daí a ideia de “primavera” como uma reclusão do verdadeiro discurso sobre a democracia e com ela o processo revolucionário.

A possibilidade de uma ascensão democrática existe, mas o modo como esta se organizará no “mundo árabe” ainda é bastante vago. Por isso percebemos uma mudança de postura não só do povo árabe, mas da potência estadunidense, de modo que a (re)invenção de seu caráter imperialista desmantela qualquer propósito revolucionário, mas não de mudança. É esta a confusão que se faz quando unem os eventos ao imaginário europeu de “primavera”.

Enquanto os preceitos “semicoloniais” não se extinguirem as mudanças sociais não passarão por uma via revolucionária. Talvez por uma fase de democratização no regime ou, ainda, na abertura para o estabelecimento de uma “democracia representativa” que, diga-se de passagem, é própria da democracia burguesa, mas as condições vitais do Estado continuarão

vigentes, porque a burguesia que condiciona esta democracia é a mesma que controla o regime. São, destarte, “as elites habituadas ao papel de sócias menores do imperialismo” (CARVALHO, 2010, p. 20).

Daí a ideia de “(re)colonização” do Egito, não por expressar um retorno ao modelo que antes fora abandonado, mas para enfatizar que o futuro do país ainda é muito incerto e que, portanto, precisa ser analisado de forma cautelosa. O Egito ainda não se libertou de suas amarras “semicoloniais” porque, apesar de possuir uma soberania regional, está cercado pelos propósitos político-econômicos do imperialismo e isto não permite que esta tal soberania tenha efeito expansivo significativo.

Pensando nas possíveis mudanças positivas no país poder-se-ia dizer que, após a primeira eleição livre para a escolha do presidente, no dia 23 de maio de 2012, o Egito se desprende da condição de Estado “colonial”, mas isso não quer dizer que as decisões políticas estejam totalmente desvinculadas das decisões do imperialismo. Se assim o fosse, o país seria “dependente” e não “semicolonial”, na medida em que expressaria ainda uma dependência econômica e ao mesmo tempo uma importante independência política, podendo voltar-se, inclusive, contra a própria imposição dos EUA (MORENO, 1975). Entretanto, é preciso reconhecer que o povo egípcio garantiu o poder de voto e o direito de decidir sobre o futuro de seu governo e isto, até o momento, é um avanço considerável.

O Egito está passando por uma fase de transição muito mais avançada do que outros países do “mundo árabe”. No entanto, até o momento as suas bases ganharam pouca maturidade. Desse modo, é indispensável o exercício de refletir sobre a política egípcia, não só partindo das recentes eleições, mas observando também as discussões sobre a construção de sua nova Constituição e os rumos que ela irá tomar. Para tanto, faz-se necessário a abertura de uma série de questionamentos, para que no futuro a investigação se torne mais concreta.

A respeito da nova Constituição, precisamos aguardar os resultados dos debates sobre alguns de seus artigos considerados bastante polêmicos. São eles: a forma como será instituído o Tribunal Constitucional, isto é, se de fato a independência será transmitida a ele; os direitos da mulher; a liberdade tão aclamada pelos grupos não-islâmicos (grupos de outras religiões ou grupos laicos); e a distribuição dos poderes delegados ao presidente. Este último pode ser decisivo para a organização da equidade (ou não) de forças oriundas da presidência e do regime militar do país.

Outro ponto relevante, talvez o mais importante de todos eles (diríamos o mais aguardado), diz respeito à formação do perfil identitário do Egito. Espera-se muito do

segundo artigo da Constituição, porque nele está em jogo um dos pontos mais sensíveis e mais contestados por determinados grupos durante as ondas de protesto, tratando-se dos avanços e retrocessos desta nova Constituição em relação à de 1971, anulada no início de 2011 pela Junta Militar.

De modo mais claro, o que está em jogo é a carga de valor que as raízes árabes incorporam, não só em relação aos egípcios, mas também aos árabes distribuídos pelo “mundo árabe”. É aguardado também o parecer sobre o peso que o Islã terá nas decisões do Estado, o que pode decepcionar os anseios dos grupos laicos e não-islâmicos, das potências estrangeiras e da própria Irmandade Muçulmana. Ademais, há a possibilidade de o Estado egípcio eleger a Sharia como respaldo político-religioso para as suas ações práticas, o que pode invalidar muitos artigos da Constituição, causar incômodos internacionais e, por outro lado, fortalecer a relação entre o Estado e a Religião, algo que o Ocidente desconhece e teme.

Considerações finais

Tivemos como intento levantar algumas questões basilares e fundamentais ao encaminhamento do debate sobre os rumos que estão sendo tomados pelo Egito após a onda de protestos que se convencionou chamar de “Primavera Árabe” que, aliás, é um termo que vem perdendo espaço na mídia e nos discursos de alguns especialistas.

O fenômeno experimentado pelos árabes foi projetado e moldado pelo próprio Ocidente, porque a novidade – característica própria dos eventos – constrangeu as expectativas dos mesmos e tomou-os de assalto. Daí a leitura apressada e o pouco entendimento sobre as mudanças no “mundo árabe”. Certos analistas admitem que, em alguns países, a “Primavera Árabe” sequer fora despertada, enquanto que em outros ela já findou. Outros, ainda, afirmam que em alguns países a primavera ainda perdura e diríamos, se nos incluíssemos neste esteio analítico, que alguns países já começam a experimentar os seus efeitos inversos novamente ou nem sequer saíram dele. É o caso, por exemplo, do Egito, que já começa a sinalizar alguns problemas após o estabelecimento de sua pretensa “democracia”.

As contrarreformas surgem de diversos pontos movidos por múltiplos sujeitos, o que pode ser traduzido como um enclave que nasce a partir da conformação de entrecruzamentos de forças e interesses. Nesse sentido, não é possível antecipar os resultados calcando-nos em teorias que, diante desses fatores, tornam-se obsoletas ou pouco honrosas. A busca pela conquista democrática pode levar o Egito a dois rumos bastante distintos: a uma guerra civil

nos moldes do que ocorrera na Argélia na década de 1990, como enfrentamento entre a oposição e o regime que pode ser (re)estabelecido com o forte poder militar ou ao processo revolucionário, concluindo, deste modo, o ciclo de lutas denominado “Primavera Árabe”.

Referências

ANDERSON, Perry. A Batalha das Idéias na Construção de Alternativas. In: CONFERÊNCIA GERAL DO CONSELHO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA SOCIAIS (CLACSO). 2003. Disponível em: <biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/hegemo/pt/Anderson.rtf >.

BADIE, Bertrand. A crise da potência e a desordem internacional. In: **Caderno CRH**, Salvador, v. 19, n. 48, 2006.

CAIRO, Heriberto. A América Latina no século XXI: geopolítica crítica dos Estados e os movimentos sociais, do conhecimento e da representação. In: **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, 2008.

CARVALHO, Marcos César A. **Metamorfoses do Estado em um contexto neoliberal: reconfiguração das relações de poder, recolonização e resistências na América Latina**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, 2010.

KOCHER, Bernardo. Cairo: ano zero. **Revista Espaço Acadêmico (UEM)**, v. 10, p. 1-4, 2011.

LUHMANN, Niklas. **Poder**. Barcelona: Anthropos, 1995.

MOREIRA, Ruy. Espaço em Contra-Espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil, do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: **Território, territórios – ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p. 43-71.

MORENO, Nahuel. **Método la interpretación de la historia argentina**. 1975. Disponível em: <<http://phl.bibliotecaleontrotsky.org/arquivo/1957.pdf>>.

PINA, Rodrigo. **Territorialização militar em rede e o imperialismo estadunidense na América Latina: um novo código geopolítico?**, 214 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. A Revolta Árabe: a novidade que vem do Oriente. **Revista Eletrônica Boletim do TEMPO**, Ano 6, N°6, Rio, 2011.

Sites consultados

<<http://g1.globo.com/revolta-arabe/noticia/2011/10/entenda-sharia-lei-islamica-que-vai-ser-adotada-na-libia-pos-kadhafi.html>>. Acesso em agosto de 2012.

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/05/120523_egito_abre_rp.shtml>. Acesso em outubro de 2012.

<<http://www.tribunadainpress.com.br/?p=16508>>. Acesso em outubro de 2012.

<<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/13929/conteudo+opera.shtml>>. Acesso em outubro de 2012.

<<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,irmandade-musulmana-e-lege-lider-e-multidao-protesta-no-egito,948003,0.htm>>. Acesso em outubro de 2012.

<http://www.istoe.com.br/reportagens/217225_MURSI+QUER+PERSONALIDADE+INDEPENDENTE+COMO+PRIMEIRO+MINISTRO+DO+EGITO>. Acesso em outubro de 2012.

<<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/mundo/internacional/noticia/2012/10/17/egito-honrra-tratado-com-israel-diz-embaixador-60386.php>>. Acesso em outubro de 2012.

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/08/120821_israel_sinai_gf_ac.shtml>. Acesso em outubro de 2012.

<<http://www.globalsecurity.org/military/library/news/2011/02/mil-110204-voa17.htm>>. Acesso em outubro de 2012.

<<http://www.globalsecurity.org/military/library/news/2011/02/mil-110204-voa17.htm>>. Acesso em outubro de 2012.

<http://www.elpais.com/articulo/reportajes/arma/red/elpepuint/20110206elpdmgrep_2/Tes>. Acesso em outubro de 2012.

<http://internacional.elpais.com/internacional/2012/11/01/actualidad/1351770674_741159.html>. Acesso em novembro de 2012.

<<http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2011/11/controlar-o-egito-demanda-tempo-afirma-professor-da-uff.html>>. Acesso em novembro de 2012.